ENTREVISTA

PROFESSORA DOUTORA GENI ROSA DUARTE

Anedmafer Mattos Fernandes Bianchi Agostini Gobbo

A professora Geni Rosa Duarte é doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, especialista em História Cultural e uma das grandes pesquisadoras sobre o cinema e a música produzidos na América Latina. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon. Seus estudos e atividades intelectuais estabelecem ricos diálogos entre as expressões artísticas e os discursos científicos oriundos da História em contato com a Geografia, Antropologia, Sociologia e a Educação.

E-L: Professora Geni, agradecemos a oportunidade de podermos entrevista-la e assim conhecermos um pouco mais de sua rica trajetória de vida e de pesquisadora. Gostaríamos que falasse um pouco de sua vida para que os leitores da Entre-Lugar pudessem melhor contextualizar a sua formação e estudos.

GD – Eu que agradeço o convite para vir aqui ministrar o curso (OS TEMPOS-ESPAÇOS NA AMERICA LATINA: ESTUDOS SOBRE A MÚSICA E O CINEMA A PARTIR DO SUL) aos alunos de Geografia e História aqui da UFGD¹, assim como essa entrevista para a revista Entre-Lugar. Sinto-me lisonjeada e emocionada pela oportunidade.

¹ A professora Geni R. Duarte está fazendo referência ao curso **Os Tempos-Espaços na América Latina: Estudos Sobre a Música e o Cinema a Partir do Sul**, ministrado por ela entre os dias 20 e 24 de setembro de 2010 nas dependências da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados. O curso foi organizado pelo Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas através dos Programas de Pós-Graduação de História e o de Geografia da referida Universidade. Teve ampla participação dos alunos desses dois cursos e foi voltado, como o próprio título indica, para a discussão das relações entre tempo e espaço presentes nas músicas e nos filmes elaborados em diversas nações latino-americanas.

- Bom, para iniciarmos nossa conversa, nasci na cidade de Campinas, estado de São Paulo, no dia 8 de março de 1948, atualmente marcado como dia internacional da mulher. Minha família é de origem operária, meu pai era eletricista e trabalhou em várias usinas da região e minha mãe gerenciava nosso lar. Nunca tivemos fartura, mas as dificuldades econômicas não impediram meus pais de se desdobrarem para que os filhos estudassem e tivessem melhores condições de vida. Para ajudar em casa, comecei a trabalhar cedo, mas nunca abandonei os estudos, tanto que cursei a faculdade trabalhando ao mesmo tempo. Foi muito difícil, pois tinha que pegar vários ônibus para poder dar conta dos estudos e do serviço, além de que, na época, a militância política exigia muito tempo e dedicação.
- Entrei em Ciências Sociais na USP em 1968. Veja, estava no epicentro das discussões e enfrentamento ao regime militar. Foi uma grande aprendizagem, tanto política quanto de vida, pois logo no primeiro dia de aula já estava participando de assembleias, de reuniões clandestinas, preparando materiais políticos, passeatas etc. Acabei não fazendo disciplina nenhuma porque vivi o ano integralmente dedicada às passeatas e ao movimento estudantil. Com o recrudescimento da repressão militar, a militação estudantil exigiu um aprofundar nos estudos, paralelamente a isso tinha a necessidade de tranquilizar meus pais, optei em iniciar o curso em 69 e o terminei em 73.
- Assim que me formei, iniciei a dar aula de História em um colégio que tinha uma estrutura um tanto diferenciada; tinha sido um colégio de aplicação de novas práticas pedagógicas, mais democráticas, fruto de um projeto desenvolvido pelo governo do estado de São Paulo, que acabou abandonando devido a pressão política. Apesar do referido projeto já se encontrar desarticulado, os professores deram continuidade ao mesmo e eu me integrei naquela equipe, o que muito me auxiliou na definição de meus referenciais de ensino e de perspectiva do papel da escola e de professor na sociedade.
- Depois me efetivei como professora de História vinculada a Secretária de Educação da cidade de São Paulo, no nível que hoje classificamos como de ensino fundamental. Na prefeitura me envolvi com o sindicato, tive intensa participação nos processos de redemocratização, tanto da sociedade quanto da estrutura interna da Secretaria Municipal de Ensino da cidade. Nesse período me casei, tive três filhas e me

separei. Acabei por me aposentar em 1997 como professora do ensino fundamental, mas antes tive uma experiência única que ocorreu no governo petista de Luiza Erundina, durante os anos de 1989 e 1992, num projeto de formação de professores, no qual tive participação direta. Foi um período decisivo na minha vida, passei a ver com outros olhos o processo de formação de professores de História. Foi nesse projeto que acabei conhecendo e trabalhando com o grande amigo Ioão Carlos de Souza, professor agui da UFGD e atual diretor da FCH. - A partir dessa experiência, voltei minhas preocupações para a questão da formação dos professores e decidi fazer o mestrado (intitulado Rumo ao Campo - a civilização pela escola. São Paulo, 1910/20/30), o qual defendi em 1995; e o doutorado (intitulado Múltiplas Vozes no Ar - o rádio em São Paulo nos anos 30 e 40), defendido em 2000, ambos na PUCSP, na área de História e Cultura, História e Representações. Com o doutorado nas mãos, separada e com as filhas já formadas, decidi sair de São Paulo; em 2001 prestei concurso na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon, para trabalhar na linha Práticas Culturais e Identidades, principalmente com o curso de licenciatura em História, ou seja, vim pra fronteira no extremo oeste do Paraná e me encontro lá até hoje.

E-L: Professora, como analisa sua evolução intelectual a partir das mudanças no Brasil na década de 1970.

GD - Como falei anteriormente, entrei em Ciências Sociais no auge da repressão da Ditadura Militar. Em 1970 este curso ainda era, embora desse um campo pra reflexão num certo sentido, em outro era bem limitado, o curso ficava restrito a esquemas interpretativos, a uma concepção até mesmo estruturalista, e não tinha ainda o campo que se abriu depois com novos objetos e novos problemas. Mas o importante é que a instituição em que se localizava permitia e estimulava a militação estudantil e era um dos centros de forte oposição ao autoritarismo e injustiça política e social que acontecia na época. Essa foi a grande escola de minha formação. Os anos 70 foram anos difíceis, mas extremamente estimulantes para os que não se calavam ou aceitavam a ordem vigente. Os desafios de ter acesso a textos proibidos, a filmes e músicas censuradas, catapultavam nossos esforços em ampliar e fundamentar os referenciais teóricos em acordo e paralelamente com a

militância e à prática política e profissional. Éramos, ou acreditávamos ser, todos de esquerda, com suas várias tendências e rachas internos. Com o processo de redemocratização da sociedade e a crise que afetou a esquerda em nível mundial, tivemos que buscar novos horizontes teóricos, mais estimulantes e não tanto enrijecidos, sem abrir mão da crítica às relações capitalistas e defendendo uma práxis engajada, mas sem os reducionismos ou simplismos esquematizantes que na época se justificavam.

E-L: Quais pensadores ou mesmo textos que você entende como fundamentais para sua formação.

GD – Quando eu fazia o curso líamos muito FHC, mas na minha formação mesmo se deu com os textos de Florestan Fernandes e Maria Célia Paoli, posteriormente um autor tornou-se fundamental para minha reflexão no mestrado e doutorado, Walter Benjamim; Outra fonte de referência fundamental foram os autores ligados à Historia Social como Edward Thompson.

E-L: Como analisa hoje, em termos de referenciais teóricos e metodológicos, as formas praticadas de reflexão científica na sua área de pesquisa.

GD – A reflexão que desenvolvemos como historiador não pode ficar restrita a alguns autores apenas, o campo de pesquisa nos exige múltiplos olhares. Quando se tem determinada problemática, ao invés de usar um autor é importante que se use as leituras que dialogam, mesmo que de forma tensa, com seus referenciais teóricos, de forma a estender o horizonte de interpretações possíveis. Neste sentido, existe um amplo campo de autores de várias correntes que podem dar suporte para a linha, ou área de pesquisa que trilho atualmente, desde a história cultural, as várias linhas de tradição marxista que abordam os fenômenos culturais, a micro história, além dos textos oriundos de outras áreas, como da Sociologia, Antropologia e da Geografia Cultural

E-L: Como analisa a situação da pós-graduação na universidade brasileira hoje?

GD - Tem havido uma ampliação muito grande da pós-graduação. Hoje em dia é muito mais fácil entrar num programa de pós-graduação; em compensação, o próprio modelo de pós mudou. Antes se demorava

cinco anos para produzir uma dissertação, o que permitia um aprofundamento muito maior. Hoje a formação é mais abreviada, o que muda o próprio sentido da pós-graduação. Não que se empobreceu, mas os objetivos são mais pragmáticos do ponto de vista da capacitação do pesquisador, não mais priorizando o capital cultural ou a criação de perspectivas, mas sim o de dar retorno social ou institucional de forma mais eficiente.

E-L: Como está a pesquisa dos aspectos culturais no Brasil com relação aos demais países da América latina?

GD – Existem diferenças entre os diferentes países. Em alguns países, por exemplo, a área de História se abre cada vez mais, em outros não. O Brasil tem um destaque, tem uma tradição de pensamento. A universidade brasileira, apesar das dificuldades e das reformas que visam modernizá-la em seu todo na direção da lógica do mercado, não sofreu, no que tange aos grandes centros de pesquisa como a USP, PUC, Federal do Rio de Janeiro etc., sucateamento. Os salários são dignos. Já na Argentina, que tinha uma grande expressão na área de História, os grandes centros universitários foram duramente sucateados, as condições de trabalho são ruins e o salário é baixo, apesar de ainda manter uma produção significativa. Fato semelhante ocorreu nos demais países do Cone Sul, que não chegaram a estabelecer uma tradição ou identidade quanto a pesquisa em História, apesar de terem uma riqueza no que tange aos estudos culturais.

E-L: Quais são e como analisa os principais problemas com relação ao ensino-aprendizagem no ensino básico.

GD – No ensino básico eu acho que há uma multidão de problemas: classes numerosas, escolas grandes e burocráticas, o professores com carga horária excessiva de aulas e pouca condições de aprimoramento profissional, a maioria não estando vinculado a uma escola etc. Outra questão é a necessidade de se repensar o sentido do ensino. Tem havido até um maior acesso ao ensino, mas não se discutiu ainda o sentido que essa escola tem para as pessoas que nela ingressam. Isso é uma crise de identidade, de não clareza de sua função social enquanto instituição articulada pela política de governo e não de Estado. É importante que a universidade pense sobre e se aproxime da escola voltada para o ensino básico, não só como objeto de pesquisa, mas como formadora de

indivíduos críticos, políticos e profissionais que passarão pelo ensino superior. Não dar soluções, mas pelo menos considerar aquilo que esta sendo vivido. Um pouco disso que nós já discutíamos durante nossa formação como professores no curso da USP em 1971 e que acabei por amadurecer com minha experiência no colégio que atuei após minha formação. Atualmente estamos, a Universidade, muito distanciados da escola do ensino básico.

E-L: Qual o papel da universidade na articulação de uma ciência e uma educação voltadas para as reais necessidades do Brasil e os demais países sul-americanos?

GD – Poderíamos considerar que existe a necessidade dos cientistas se voltarem para a população, para os problemas da população. Temos pesquisa de ponta e, ao mesmo tempo, problemas na relação entre a pesquisa e os problemas reais vivenciados pela maioria da população dos países da América do Sul, principalmente no caso brasileiro. Hoje a Universidade almeja soluções imediatas e uniformes, que se apliquem em todo o lugar com o mesmo modelo de respostas, de maneira a diminuir os custos e acelerar os retornos econômicos. Mas, como os próprios estudos culturais apontam, o que temos em termos de sociedade é uma diversidade de experiências de vida que não cabem ou linhas padronizantes de abordagens. A formação de professores para o ensino básico, por exemplo, não deve ser a mesma para todo o conjunto de um país, muito menos para os diversos países da América do Sul. Uma Universidade que vise a diversidade é que pode melhor se aproximar dos reais problemas das populações latino-americanas.

E-L: Como preparar os professores para a diversidade cultural das sociedades latino-americanas, assim como para o manuseio das novas tecnologias da informação e comunicação?

GD – Colocando os professores frente a essa diversidade cultural, senão essa diversidade fica distanciada. Os professores têm dificuldades com relação à tecnologia por causa das deficiências estruturais das escolas, o que favorece a resistência dos professores em enfrentar as novas tecnologias, as quais são introduzidas na escola pelos próprios alunos; os professores não querem assumir que precisam se atualizar, se capacitando continuamente para os novos desafios. Os professores devem sair do ambiente escolar e mergulhar na vida além dos muros,

para que no interior da sala de aula possam conversar com os alunos a partir da realidade por eles vivenciada.

E-L: Como analisa o momento político da America do sul e do Brasil como um entre lugar no atual quadro político mundial

GD - O Brasil tem um papel importante dentro da America latina, ao mesmo tempo outros países estão vivendo momentos peculiares e significativos (Bolívia, Equador e a própria Venezuela, por exemplo), que indicam outros direcionamentos para o que se tinha de prática das esquerdas na região. A maioria dos casos em que esses novos governos assumiram o poder político aponta para uma certa maturidade mais democrática e voltada para as diversidades internas aos seus territórios. Ao invés de ficarmos criticando que esses governos não fazem a revolução social, ou estranhando suas peculiaridades, devemos buscar melhor compreender o que dessas experiências apontam de soluções possíveis, dentro da ordem econômica mundial, para um fortalecimento de respostas mais justas socialmente.

EL: É possível um conhecimento científico desenvolvido a partir dos saberes presentes nas diversas práticas sociais de nossa americanidade, ou só é possível um tipo de ciência e ela não depende da diversidade sócio-cultural?

GD - Eu acho que depende sim da diversidade. Se não fosse possível não estaríamos brigando pela pesquisa na Universidade. Além de possível, é extremamente importante. As músicas e filmes trabalhados em nosso curso ministrado nesses dias aqui na UFGD são exemplos que é possível elaborar arte a partir de nossa diversidade latino-americana, com outros referenciais estéticos e compromissos políticos de sensibilidade social. O mesmo é possível para a elaboração do saber científico.

E-L: Professora, a senhora esclareceu que trabalha numa instituição localizada numa região de fronteira. Nós aqui da UFGD também estamos numa região de fronteira. Diante dessa singularidade locacional, é possível pensar uma pesquisa científica em condição fronteiriça, que venha apontar outras formas de se ler o mundo geograficamente?

GD - Eu creio que sim, a fronteira traz uma riqueza em termos de questões, em termos de problemas e em termos de possibilidades.

Experiências importantes estão acontecendo, como o caso das escolas bilíngües que produzirão resultados bastante bons, no sentido de tomarmos conhecimento de novas visões que se colocam num mesmo ambiente escolar, provocando tensões frente ao preconceito, ao reconhecimento da importância do outro, e de melhor nos conhecermos. Os brasileiros sabem pouco da História e da Geografia dos povos e nações que fazem fronteira conosco, como Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. A região de fronteira, nesse sentido, é o ponto de contato, assim como de potencializar novos saberes a partir desse contato.

E-L: Como entende a produção musical e cinematográfica na America Latina frente as produções midiáticas das grandes corporações e da indústria cultural.

GD – Alguns países da América Latina têm conseguido uma produção cinematográfica de qualidade que se encontra fora do modelo das superproduções. A produção musical na America Latina é lindíssima e ampla, merecendo ser mais bem abordada e estudada. O Brasil conhece pouco dessa produção musical e cinematográfica, aí cabe o papel da escola e de políticas de Estado que visem fortalecer esse contato.